

# OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A QUESTÃO AGRÁRIA NO RECÔNCAVO BAIANO: REFLEXÕES SOBRE OS MUNICÍPIOS DE SANTO AMARO E SÃO FRANCISCO DO CONDE (BA)<sup>1</sup>

João de Deus Pereira Alves<sup>2</sup>

## RESUMO

Territorialização, expropriação e reterritorialização são constantes nas relações no campo no Brasil, com lutas e conflitos que envolvem Estado, movimentos sociais, sindicais, comunidades tradicionais, latifundiários, entre outros atores. O que move os conflitos pela terra entre os lavradores, ou seja, trabalhadores dos latifúndios, e os fazendeiros? O presente estudo investiga sobre as dinâmicas da atuação dos movimentos sociais no Recôncavo Baiano, com foco nos municípios de Santo Amaro e São Francisco do Conde, refletindo fundamentalmente sobre os conflitos que os envolvem. Este é um trabalho que tem como pressupostos sobre o Recôncavo Baiano as contradições inerentes à estrutura racial e o uso da terra. Neste contexto, buscam transformar a terra-abrigo em extensões agro industrializadas do capital. Durante a pesquisa, foram realizadas entrevistas com movimentos ligados à questão agrária nos municípios selecionados, além de algumas pesquisas em sites para incluir nas reflexões. O Recôncavo Baiano é uma região territorial que nos mostra os efeitos do latifúndio colonial enraizado no poder econômico e por causa disso persegue os pequenos produtores e comunidades pesqueiras de manter seus costumes artesanais de produção sustentável.

**Palavras-chave:** Agricultura e Estado - Recôncavo (BA). Especulação agrária - Recôncavo (BA). Movimentos sociais - Recôncavo (BA).

## ABSTRACT

Territorialization, expropriation and reterritorialization are constant in rural relations in Brazil, with struggles and conflicts involving the State, social movements, unions, traditional communities, large landowners, among other actors. What drives the conflicts over land between the lavradores, that is, workers on the large estates, and the ranchers? The present study investigates the dynamics of the performance of social movements in the Recôncavo Baiano, focusing on the municipalities of Santo Amaro and São Francisco do Conde, fundamentally reflecting on the conflicts that involve them. This is a work that has as assumptions about the Recôncavo Baiano the contradictions inherent to the racial structure and the use of the land. In this context, they seek to transform shelter land into agro-industrialized extensions of capital. During the research, interviews were carried out with movements linked to the agrarian question in the selected municipalities, in addition to some research on websites to include in the reflections. The Recôncavo Baiano is a territorial region that shows us the effects of colonial latifundia rooted in economic power and because of this it persecutes small producers and fishing communities to maintain their artisanal customs of sustainable production.

**Keywords:** Agrarian speculation - Recôncavo (BA). Agriculture and State - Recôncavo (BA). Social movements - Recôncavo (BA).

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Craice da Silva.

<sup>2</sup> Graduando do curso de Licenciatura em Ciências Sociais na UNILAB.

## 1 INTRODUÇÃO

Como movimento social, entende-se todo e qualquer grupo de pessoas que busca por meio de mobilização organizada resolver um problema local ou geral através de manifestação social e Gohn (2011) considera que os movimentos sociais ultimamente tem encontrado outras reivindicações sobre as questões da sociedade que englobam desde a crise local aos processos educativos e socioeconômicos. Conforme Bulow (2011), o estudo sobre a interação dos movimentos sociais deve considerar que existem forças ligadas ao Estado-nação que contribuem com as lutas coletivas. Os partidos de “esquerda”, sindicatos e corporações são atores que fortalecem a causa pela qual reivindica no estado de direito.

[...] em vários países e regiões do mundo, tem se tornado cada vez mais difícil compreender os movimentos sociais sem fazer uma análise dos vínculos com partidos políticos e o Estado, e vice-versa, como é importante incorporar o estudo dos impactos da ação de partidos políticos e órgãos estatais nos movimentos sociais. (BULOW, 2011, p.64)

Dessa forma, a militância organiza frente a sociedade diferentes formas de pressionar o Estado para resolver a carência da população assim como criar estratégias de proteção aos grupos em maior vulnerabilidade.

No contexto do rural, é comum encontrar homens de negócio que buscam aumentar suas propriedades apossando-se de terras devolutas mesmo que parte delas esteja habitada e faz parecer que são proprietários do lugar, chegando a proibir os moradores locais a cultivarem seus alimentos, pescar, caçar, criar animais e construir residências como é o caso dos assentamentos e comunidades tradicionais, denominados de grileiros (GRAZIANO, 1981).

Os movimentos sociais tem uma grande relevância para o contexto rural e a manutenção de agricultores familiares em seus territórios. Destaca-se no contexto do Recôncavo Baiano o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Esses movimentos em rede, atuam também apoiando outras comunidades em situação de conflito e que precisam instituir associação de trabalhadores e assistência jurídica. Entende-se que, na verdade, “essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construído no processo interativo. (GOHN, 2011, p.334)

Se no passado “as fugas [...] resultavam na criação de mocambos ou quilombos,” recentemente os movimentos sociais assumiram a liderança na disputa com os latifundiários pelo direito a terra. No passado pessoas escravizadas fugiam da terra opressora e criavam comunidades resistentes e hoje não apenas esse grupo combate a invasão dos seus espaços pelo progresso mas também outras pessoas negras e pardas que anseiam sobreviver das suas plantações e exigem do governo a reforma agrária. (ZUZZANNA, 2016, p.66)

Para Abers e Von Buloe (2011) ao citar Harbemas, os movimentos sociais devem se afastar do Estado para centralizar-se nas ações de participação pública e por essa “organização livre” resolver as inquietações acerca da desigualdade social. Nesse caso, a autonomia dos movimentos não dependeria de projetos do Estado uma vez que a sociedade civil é autônoma e age de forma separada do estado e do mercado, porque se permanecer com o Estado, enfraqueceria a “soberania popular”.

Pode-se compreender a realidade do Recôncavo com enormes propriedades territoriais sobre o poder dos fazendeiros e empresas concentradoras das riquezas do litoral a incluir, as usinas inoperantes de açúcar e álcool que se transformaram em fazendas de gado que circulam as cidades, impede o desenvolvimento urbano e a reforma agrária. Podemos observar a caráter a cidade de São Francisco do Conde e Santo Amaro, territórios que foram importantes para o canavial no Brasil colônia do século XIX e metade do século XX e hoje mesmo com a modernização política, implementação de fábricas e descobertas de minerais, são lugares fortemente desiguais no que compete uma política de reconstrução social atrativa aos empresários externos que preferem implantar suas empresas na capital ou no polo petroquímico de Camaçari. Por outro lado, alguns estudiosos e organizações ambientais afirmam que a industrialização é uma das causas degradantes do meio ambiente e a atração dessas empresas para o território de manguezal prejudicará os pescadores e comunidades remanescentes de quilombo que sobrevivem da pesca artesanal e da agricultura familiar.

Por essa razão, o objetivo desse artigo, é analisar os movimentos sociais no Recôncavo não apenas nos embates em relação ao conflito agrário, mas sobretudo na interação das organizações sociais para preservar a cultura e o meio ambiente. Destaca-se por tanto, a representatividade sociocultural das comunidades quilombolas rurais e de fundo de pastos contra o racismo e a desigualdade de classe

a partir do escravismo histórico regional. Durante esta pesquisa buscou-se entrevistar pessoas envolvidas com alguns movimentos sociais e sindical com entrevistas a distância via ligação telefônica, áudio de WhatsApp e diretamente com dois representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Amaro.

Por causa da realidade pandêmica que nos limita realizar uma apuração mais aprofundada sobre a pesquisa de campo, se pensou escrever o texto fundamentalmente a partir da pesquisa bibliográfica sobre a temática referente às mobilizações sociais no Recôncavo entre Santo Amaro e São Francisco do Conde e, nesse intervalo investigativo, decidiu-se aproveitar a facilidade que as novas ferramentas tecnológicas para investigar aprofundadamente a realidade vivencial de integrantes de movimentos sociais do seu território, de maneira que eles pudessem esclarecer a respeito das mobilizações frente aos fazendeiros, empresários e o poder público. Por conta disso, o Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP) de São Francisco do Conde e de Santo Amaro foi sumamente importante no processo investigatório no que concerne à pesca artesanal e os problemas com o latifúndio em volta dos manguezais e mares. Conforme as informações colhidas desse grupo via áudio de WhatsApp, a Comissão de Pastoral de Pescadores (CPP) da Igreja Católica lhe dão assistência na parte burocrática para resolver as situações problematizadoras na justiça.

Todos os membros que integram a pesca são quilombolas, alguns do quilombo Dom João em São Francisco do Conde e do quilombo Cambuta no Bairro da Pitinga em Santo Amaro. Tentou-se entrevistar dois membros do MST da parte que um também é pescador e já foi presidente do MPP mas recusaram proferir informações sobre o assentamento e indicou o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santo Amaro, o que foi feito. Os demais movimentos foram tratados a partir de análises bibliográficas e que situou os grupos que integram a arena contextual no Recôncavo. Em algumas ocasiões, estes movimentos se articulam de forma nacional e se juntam com outras representações coletivas, incluindo os povos indígenas com a FUNAI, Marcha das Margaridas, movimentos feministas e LGBTs, a fim de cobrar do Governo Federal direitos iguais para todos brasileiros independente da raça, território, gênero e classe social.

## 2 A LUTA PELA TERRA E OS CONFLITOS

O mito da democracia racial apresentado no Brasil é incoerente com a estrutura social brasileira, nas palavras de Mozart (2017), e implica na subalternização do negro comparado ao branco e a privação do direito sociocultural e humano da população negra. Visto que a construção da identidade não depende de proselitismo racial de igualdade uma vez que, a estrutura sociopolítica brasileira é desigual racialmente e a terra permanece sobre o determinismo da categoria preponderante desde Brasil colônia.

As relações sociais, nesse caso, aparecem movidas através do sistema desarticulador da negritude e persegue qualquer movimento que problematiza "(...) a relação entre exclusão social, trabalho, lutas sociais e educação na América Latina." (KALDART, 2001, p.209). Por essa razão, a luta de classe envolve diversas questões anteriormente ao conflito seja da parte dos agropecuários que procuram vencer as organizações com ameaças como dos grupos sociais que se juntam para resolver o desequilíbrio entre as partes. Por isso, Kaldart (2001) defende que parte das mobilizações devem se voltar para reivindicar benefícios comunitários como escola, transporte e assistência pública de saúde nas comunidades quilombólas e/ sem terra.

Essa visão compactua com a explanação de Paulo Sérgio, morador e pescador da comunidade quilombola Cambuta em Santo Amaro.

Eu me chamo Paulo Sérgio Alves, porque negro tem que falar o nome e o sobrenome, sou quilombola, sou pescador, sou militante do Movimento de Pescadores do estado da Bahia né! E sou um Guerreiro. Mas se hoje sou militante, primeiramente agradeço a Deus e segundo a UNIÃO e a parceria com um grupo chamado Pastoral da Pesca, formada pela Igreja Católica né, sou de uma comunidade de Santo Amaro da Purificação, comunidade de pescador e quilombola né, resistente né, porque vemos várias comunidades quilombolas, têm vários tipos de conflitos, tem umas que tem conflitos com fazendeiro e outras tem conflitos com indústrias. A gente aqui sofre com duas indústrias de papel né, e uma de chumbo que desativou e mais um projeto novo do Governo chamado Bahia Azul que foi pura enrolação e enganação. Nós pagamos e os dejetos jogado no mangue né, e é peixe morrendo por contaminação. Eu sou um dos militantes que agradeço muito a CPP porque ela chegou na minha comunidade aonde a gente não sabia nem o que era associação, nem o que era carteira de pescador e foi graças a CPP que nos deu sociativismo e falou pra gente que a gente tinha direito a se aposentar, auxílio maternidade, auxílio defeso e, esse grupo chamado Pastoral da Pesca é um grupo que vêm trabalhando ajudar as comunidades se desenvolver, conhecer os seus direitos né. Hoje nós somos uma comunidade de pescadores quilombolas né, certificado mesmo conhecido pela Palmáres. A gente tem uma associação de quilombola, onde essa associação já fez vários multirões de documentação principal fazer a carteira do pescador para que ele venha a ter direito. Coisa que eles não querem que a gente se documete

porque o pescador só pode acessar seus benefícios quando tem carteira. Então lutamos muito, levamos oito anos lutando para fazer a carteira de pesca e quando foi agora, eles resolveram distravar mas carteira de pesca é feita de pesca é feita de uma maneira na internete. (Entrevista telefônica, 25 de janeiro de 2022)

Partindo do pressuposto que o Recôncavo permanece no atraso porque o o histórico da produção açucareira e de etanol nas usinas manteve o sistema dos engenhos e as indústrias de papel e chumbo causou mais problemas para a população de Santo Amaro, é mais que necessário projetos de revitalização ecossistêmica se o povo psicologicamente se sente desconfortável com a poluição e morte de animais e pessoas por metais pesados. Ademais, havia poucas empresas de grande porte na zona recôncava e mesmo assim, são responsáveis por danos irreparáveis na medida que os pescadores para se proteger, não pescam em maguezais perto da cidade e os agricultores sem terra para plantar em meio as corporações que plantam bambú, eucalipto e pastagens.

Nas palavras de Graziano (1981), para o capitalismo importa a produtividade para que possa abastecer o mercado e lucrar na compra e venda de mercadorias. O contexto da industrialização do campo começa anterior ao processo de irrigação e plantação das mudas e sementes, uma vez que a indústria existe para acelerar o processo produtivo e abastecer o mercado consumidor (GRAZIANO, 1981). Isso porque a indústria requer matéria-prima que, na maioria das vezes, é fornecida pelo ramo agrário.

Conforme Graziano (1981), com o avanço das novas tecnologias dos anos de 1960 e 1970, a agricultura foi forçada a se adequar às necessidades do mercado para que pudesse responder as exigências do mercado nacional e internacional no que compreende o abastecimento de produtos agrários. Nesse contexto, o aceleramento da industrialização da agricultura acompanhou outros processos tecnológicos e, foi preciso preparar os fazendeiros para comprar as maquinárias e outros pacotes tecnológicos.

Os movimentos sociais do campo surgem como força contrária aos latifundiários para garantir o direito à terra, com destaque ao MST. Na interpretação de Caldart (2001), o MST surgiu na segunda metade do século XX “de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná,” (CALDART, 2001, p. 207), quando diferentes forças políticas fortaleceram a mobilização dos

movimentos sociais. Durante o período de redemocratização, mantinha-se a expectativa da reforma agrária e a reconstrução do país impõe aos representantes que debatessem alternativas para desigualdade da população. Por essa vista, os movimentos sociais desafiam os parlamentares a implemetar constitucionalmente os direitos dos trabalhadores rurais sem terra ou de encostas das fazendas por serem excluídos pela tática determinista latifundiária.

Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 84 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores. (CALDART, 2001, p.207)

Para Fernandes (2004), entender a questão da conflitualidade agrária, primeiramente, deve considerar o capitalismo e sua estrutura no meio rural e urbano. O conflito faz parte da sobrevivência do mercado quando se fala dos maiores investidores que se utiliza da agropecuária em favor da demanda do Estado. Nesse contexto, os agricultores familiar, para sobreviver na zona rural, precisam plantar, criar animais, e para isso, através do crédito rural, alguns conseguem transformar a terra infértil num solo apropriado para a produção. Fernandes (2004) aponta que o capitalismo agrário põe o agricultor familiar sobre um labirinto com diversas barreiras para ele não resistir a intimidação da conflitualidade e seder as manobras do agronegócio.

Os movimentos sociais, principalmente o MST que politicamente possui projetos de inclusão social com a territorialização, aparecem midiaticamente como os principais articuladores da guerrilha por terra, ou seja, transfere-se o crime dos latifundiários para as organizações sociais de resistência contrahegemônica campestre. Fernandes (2004) defende a impossibilidade da transformação social com o agronegócio posto que o capital quase invalida o camponês e o trabalhador rural de procurar alternativas para sobreviver, se não for pela exploração da mão-de-obra.

Para combater a hostilidade e o caos social, as pessoas se integram as movimentações com intenção de escapar do labirinto agrário em posição da sua autodeterminação e sobrevivência independente do agronegócio. A artimanha de transformar a classe operária sob o poder ruralista no qual os trabalhadores existem para servir o sistema capitalista.

No primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso

politicamente o governo pensou resolver a questão agrária reconhecendo legalmente territórios ocupados pelo MST, porém, durante o segundo mandato, criminalizou os assentamentos que surgiram pelo país. Já no governo Lula a violência contra os acampamentos aumentaram por causa das manifestações e formação de outros acampamentos, contudo não realizou-se a reforma agrária e os ruralistas atuam agressivamente contra os assentados (FERNANDES,2003).

Existem diferentes modos de ocorrer a luta do campesinato e uma delas está na ocupação da terra latifúndios improdutivos ou mesmo de terras devolutas, o que não o livra do conflito. Por um lado, a ocupação de um determinado território significa a saída da miséria. Por outro lado, a ocupação de terra significa a criminalização do movimento pela visão de parte da sociedade que o julga como delinquente. Confere uma reportagem da Rede Brasil, sobre os ataques do líder do poder legislativo em uma das suas redes sociais ao MST.

São Paulo – O presidente Jair Bolsonaro utilizou mais uma vez a rede social Twitter para insuflar seus seguidores contra a atuação de movimentos sociais. Especialmente o MST. A “indireta” de hoje (5) foi direcionada aos trabalhadores sem-terra que lutam pela reforma agrária. O ex-capitão postou um vídeo no qual aparecem manifestantes encapuzados em um protesto por acesso à terra. Ao fundo, ouvem-se rojões e disparos. Uma voz, que parece ser a de um dos policiais que filma os militantes, menciona os disparos e afirma não ter clareza de onde vêm. “Tenho minha opinião, qual a sua?”, disparou o presidente. (RBA,2020, online)

Fernandes (2004, p. 8) ressalta que “a ocupação não é o começo da conflitualidade nem o fim. Ela é desdobramento como forma de resistência dos trabalhadores sem-terra”. A conflituosidade pela posse da terra pode ocorrer anteriormente à ocupação do local. Aqueles que ocupam resistem à violência dos proprietários ou grileiros.

Destaca Martins (2010) a respeito do problema da terra no Brasil, que no Brasil colônia quando o processo de escravismo foi a fonte da geração de riquezas. Após a abolição da escravatura, com a queda da cana-de-açúcar e a troca do regime escravista pelo regime de colonato quando para manter as regalias e reconstruir a aristocracia nacional, fora necessário trazer pessoas brancas da Europa na condição de imigrante para atuarem na cafeicultura já que o negro não mais podia, segundo a Lei Áurea de 1888, trabalhar nas fazendas como escravizados. Por conta do nacionalismo ideológico que buscou o embranquecimento da população, houve a troca o negro por brancos pobres originários de várias regiões da Europa e do oriente



como japoneses. Nessa perspectiva, entende-se que, possuir algumas tarefas de terra retira o sujeito da marginalização demarcada pela demagogia de branquidade do século XIX e ainda nos deparamos com diversas situações análogas da população negra no tempo atual com pessoas vivendo conforme o sistema colonial.

Segundo Silva e Pereira (2020), a concentração de riquezas mantém uma hierarquia de classe social. Ainda para os Silva e Pereira (2020,p. 30)“(…) contramovimentos são definidos como ações contratativas de produção e mudanças sociais por parte dos subalternos e, assim são intrinsecamente conservadores e realizados por atores que buscam preservar o status quo,” e a substituição dos movimentos sociais por sociedade civil acaba por contribuir com desqualificação dos grupos contrários a conjuntura que argumenta ideias contrárias a sua legitimidade. Contramovimentos pode ser de direita ou esquerda e podem defender a permanência de alguns valores ideológicos tradicionalista junto ao estado ou interesse de classe, raça, gênero, econômico e politicamente partidário. As ações coletivas dependem da movimentação e do entusiasmo da participação representativa da cidadania na reconstrução social versus os interesses que agregam as partes.

A intensificação da mão de obra barata na modernidade faz parte do aceleração da economia e a superprodução nos lugares empregadórios e no que tange a agricultura e seu capital é uma realidade presente em diversos setores econômicos que aumenta a produtividade e reduz o salário dos trabalhadores. Conforme o parecer da Futura (2019), uma das principais características do trabalho escravo é se aproveitar da fragilidade econômica da população local ou exterior para ofertar empregos na espera do lucro pela exploração a incluir os imigrantes e trabalhadores boias frias. Durante entrevista Leonardo Sakamoto esclarece que os governos que mais combateram a impunidade em relação acúmulo de lucro foi o de FHC e o de Lula quando houve políticas e investimentos para frear a exploração dos empregadores. É importante frisar a determinação lucrativa das empresas internacionais nos países periféricos e no Brasil. Ultimamente as multinacionais, não diferentes das fazendas que desmatam as reservas para a pecuária, agem da mesma forma como desapropriação de territórios indígenas e quilombolas para a explorar minérios.

O pensamento habermasiano citado por Abers e Bulow (2011) aponta uma nova abordagem para pensar a organização social. Habermas na teoria da ação

comunicativa aponta a sociedade civil como uma alternativa fortalecedora das ações coletivas no sentido de recuperar a determinação desses movimentos pelo entusiasmo e operação do povo para reconstruir a sociedade independentemente da superioridade do Estado. A soberania do Estado quando pautada sobre políticas públicas a seu entender se fragiliza pelo fato de corresponder a linguagem de outros atores da mesma forma que as corporações civis. No seu entender, a comunicação é o prisma das relações entre estado, sociedade civil e mercado como também de outras instituições representativas do agir humano.

Neste sentido, é necessário que a sociedade civil se desprenda do regime estadual para se fortalecer autonomamente e coletivamente e construir valores do interesse público. À vista disso, é uma forma de recuperar a liberdade de expressão do povo doravante as manifestações públicas e o rebustecimento das associações sindicais.

### **3 O CONTEXTO DO RECÔNCAVO BAIANO**

O Recôncavo Baiano é uma região geográfica próximo a capital do estado da Bahia rica em diversidades de solos principalmente o massapé e o roxo, ambos ricos em nutrientes necessários para o cultivo da banana, milho e feijão. Nas localidades arenosas geralmente os agricultores utilizam com o plantio de raízes e frutas tropicais. Nos territórios de manguezais, essas pessoas procuram incrementar o trabalho agrícola com a pesca artesanal o que contribui com a renda familiar. Também está fortemente presente na região a cultura afrodiasporica com terreiros de candomblé, capoeira, maculele, negro fugido, samba de roda e festas comemorativas da resistência negra, ruínas dos engenhos e casa grande senzalas, as quais, algumas permanecem preservadas.

Esta região guarda vestígios da colonização e nota-se uma tendência ao apagamento do cativo ente os descendentes daqueles que foram escravizados. Segundo OLIVEIRA (1997) citado por JAERGERMANN (2016, p. 63), os indígenas e negros vivenciaram a mesma categoria cativa no colonialismo. No entanto, os indígenas foram extintos do território, enquanto o negro africano resistiu a subalternidade da raça e cultural e permanece na região desde então tanto na zona rural como na urbana. É importante destacar que, por ser um espaço tradicionalmente

de remanescentes da população negra há o conflito entre as comunidades, fazendeiros e empresas multinacionais com interesses nas propriedades, tentam desapropriar com ameaças, e destruição das habitações.

Em conformidade com Antônio (2019, p.73), a relação do território terra-abrigo se transforma num objeto manipulado pelo interesse material e não mais um lugar de partilha vivencial que é uma característica específica dos povos tradicionais. Com isso, a manipulação mercadológica interfere diretamente no prisma ancestral de constituição territorial. Nesse sentido, um território ocupado por famílias pobres seria como se não existisse ninguém a morar e livre para os de maior capital investir, expulsando aqueles que literalmente vivem no território.

Território não é só terra, solo, subsolo ou aéreo, território também é líquido, é mar, é rio, é baía, é flutuante, podendo ser movel, embora exista em sua materialidade, uma concretude com seus limites e fronteiras impostas, mesmo sendo esses territórios também virtuais e simbólicos. (ANTÔNIO, 2019, p. 51)

Por detrás desta relação da produção comercial com o território está uma perspectiva eurocêntrica na posse das terras que contrapões à relação dos autóctones e afrodescendentes com o território. Este dualismo nos ajuda a entender o avanço tecnocientífico e produtivista de manejo no Recôncavo da Bahia, um território historicamente negro.

Sobre isso, Jaergermann (2016, p.57) mostra que no ao assentamento do MST El Dourado no bairro de Pitinga em Santo Amaro, as pessoas enfrentam algumas dificuldades para cultivar no solo massapé que fora útil no plantio de cana-de-açúcar no tempo do cativo. Hoje não mais se planta canaviais, e em uma minúscula parte conquistada pelo MST através do INCRA, se plantam hortaliças, legumes e outros subsídios naturais da agricultura de subsistência e o solo massapé. Por não ser adequado ao tipo de plantio, os trabalhadores no início do assentamento perdiam parte plantações porque não sabiam cultivar no tipo da terra. É importante destacar que essa ocorrência não é por falta de terras apropriadas mas porque estas estão com o latifúndio agrário e os lugares férteis apropriados ao modo de cultivo dos agricultores pertencem aos fazendeiros de gado.

Por esse viés, os movimentos sociais de resistência e luta pela terra são meios importantíssimos para o fortalecimento no processo de denúncia contra a desigualdade capitalista. Ressalta Germani (2010, p.2) “Neste sentido, identifica-se a

continuidade da histórica concentração de terras e as enormes barreiras encontradas pelos grupos sociais que reivindicam seus direitos territoriais para reverter esta permanência histórica.” O grande problema nas palavras da autora é a falta de políticas de integração que possibilite a reforma agrária e a continuidade da posse da terra com caráter excludente na sociedade brasileira.

Com vista nessa pauta, a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais- AATR, aponta que o problema da distribuição da terra relaciona-se com a marginalização racial.

A luta das comunidades quilombolas contra o latifúndio e a discriminação racial a partir da sua atuação na formulação de políticas públicas e na instituição de direitos é marcada por significativos avanços. Porém, a efetivação dessas conquistas defronta-se atualmente com um violento antagonismo político das elites agrárias e transnacionais, que avançam sobre as terras tradicionalmente ocupadas. A isto se soma a persistente condições de vida das comunidades quilombólas. Nesse contexto, a AATR busca apoiar as pautas reivindicatórias das comunidades negras rurais com vistas à da invisibilidade sociopolítica, a efetivação de seus direitos territoriais e o enfrentamento da política, a efetivação de seus direitos territoriais e o enfrentamento da política agrária socialmente excludente e marcada pelo racismo institucional. A entidades age também na acessoria judicial direta a essas comunidades, especialmente nos casos de ameaça a integridade de seus territórios e de ameaça a suas lideranças e integrantes. Atualmente, a AATR acompanha diretamente comunidades no estado da Bahia, em especial na região metropolitana de Salvador, e nas regiões do Recôncavo Baiano, Baixo Sul e Oeste do estado. (AATR, 2020, online)

Além disso, o conflito também se expressa pela criminalização dos movimentos na região e, sobre esse paradigma, Jaergermann (2016, p.100) apresenta na sua tese de mestrado a intolerância da polícia militar no assentamento El Dourado em Santo Amaro durante uma manifestação dos moradores a respeito da negligência da prefeitura com o local que acarreta diversos problemas de saúde pública a incluir a falta saneamento básico e políticas que melhore a qualidade de vida dos assentados. A prisão de um manifestantes e lesão corporal de outros pelos agentes, atesta a desmoralização das agremiações pelo poder público.

Um outro movimento de luta relevante no contexto do Recôncavo Baiano são os quilombolas. Germani (2015, p.4) diz sobre a situação do quilombo Dom João localizado em São Francisco do Conde que parte dos moradores já perderam suas residências pelo fazendeiro e o poder público que lhes dá suporte para ameaçar os habitantes que não apenas perdem suas habitações, mas também os benefícios do Governo Federal e assistência do município. Não se pode negar a necessidade das

famílias carentes do programa assistencial para sobreviver quando aquilo que ganham com a pesca e na agricultura é insuficiente para a nutrição habitual e precisam completar a alimentação com alguma renda extra e, nesse caso, o recurso da Bolsa Família ampara as necessidades.

Para averiguar o caso de perseguição em Dom João, lugarejo localizado na extensão geográfica de São Francisco do Conde, foi feita uma entrevista sobre a situação da comunidade e, conforme Dona Joca uma moradora do quilombo e estudante da UNILAB, a partir de 2007 a comunidade foi invadida por policiais militares e agentes municipais “com carro de chapa fria, sem placas”.

*A gente ficava assim preocupada mas não tinha maldade sobre o que eles queriam fazer conosco, mas houve um dia que veio um carro da polícia, outro sem placa e um trator a comando do empresário em parceria com funcionários públicos para derrubar aquelas casas que estava já caindo e que o morador já não tava morando porque se encontrava de favor nas casas que os moradores não estava na comunidade. A gente voltava nas casas e pedia ao dono e ele deixava a gente botar eles e ai aquelas casas que já estava abandonada, destruíam com o trator. (Dona Joca, entrevista concedida em 20/01/2022)*

Mas como o aparato do Estado procede com a retirada dos moradores à força para beneficiar os empresários com benfeitoria próxima a região, a única alternativa que resta é a união com organizações sociais que trabalham na tentativa de eliminar a grilagem ou mesmo a reconstrução dos espaços em ruína. Nas palavras de Aves e Germani, ([s.d], p.908) a Comissão de Pastoral de Pescadores (CPP) e a Comissão de Pastoral da Terra (CPT) são duas organizações relevantes que surgiram na expectativa favorecer os trabalhadores como agremiações populares pela teologia da libertação da Igreja católica e que até o tempo presente atuam nos povoados rurais. Entre as cidades de Santo Amaro e São Francisco do Conde, as paisagens onde estavam a cana-de-açúcar transformaram-se em grandes pastagens e mesmo pescadores atravessam dificuldade para sustentar suas famílias e manter seus costumes.

[...] eles plantaram batata-doce em toda a extensão do quintal de 30m<sup>2</sup> útil. Porém, eles têm consciência que somente a batata-doce não poderá suprir a carência alimentar da família que, com a renda reduzida pela ruptura do elo com o porto da comunidade, vem tendo dificuldades em comprar alimentos. (GERMANI, [s.d], p.17)

Não obstante a isso, essa disparidade do Recôncavo Baiano repete os mesmos

percalços da era colonial quando os negros serviam aos interesses dos senhores no trabalho forçado e o racismo ambiental permanece na territorialidade e destrói as ocupações dos povos tradicionais, mantém a mesma característica do colonizador por agir intolerantemente contra pessoas negras, sem falar das empresas que entram nas localidades para construir empreendimentos sem consultar o povo local. Nas palavras de Rocha e Vasconcelos (2018), considera-se por racismo ambiental as ações desrequeitadas de empreendedores ocorridas em lugares tradicionalmente de etnias indígenas e quilombos. Portanto, caracteristicamente relaciona-se ao desmatamento, apropriação territorial, contaminação do solo e outras causas que violentamente ferem os indivíduos, de tal modo que estas populações negras são “(...) as pessoas são vítimas de enchentes, depósito de lixo a céu aberto e águas contaminadas por esgoto, produtos químicos ou agrotóxicos etc.” (ROCHA e VASCONCELOS, 2018, p.339).

Para resolver o problema da pobreza não basta incentivar o agricultor abraçar as políticas de crédito rural mas que impulse a produção conforme o gênero alimentício e qualifique profissionalmente os trabalhadores rurais a respeito do tipo de plantação.

[...] as políticas agrícolas podem induzir mudanças desejadas pelos governos no setor, através do arranjo de instrumentos que estimulem a produção (preços, crédito, juros, seguro, formação de estoques, exportações, compras internas) e promovam a distribuição social da riqueza da agricultura. Sendo assim, a orientação dessas políticas é dada pelo papel que se espera que a agricultura cumpra em um dado momento histórico (liberar mão de obra, baratear o custo da cesta básica, promover as exportações de determinados produtos, garantir a segurança alimentar, fortalecer a agricultura familiar ou patronal, etc.) (NUNES, 2007 apud FIGUEIREDO, 2018,p.2134)

Dessa forma, as políticas de aperfeiçoamento agrícola deveria levar em conta uma distribuição social da riqueza. De outro lado, espera-se que a reforma agrária estimule o produtor familiar a se aperfeiçoar profissionalmente naquilo que ele já produz ou em outras formas de manejo adequadas a sua localização territorial e climática. Por isso, Figueiredo (2018) defende que se direcione as políticas agrárias para solucionar a desigualdade social brasileira uma vez que o capitalismo é a principal causa da fome mundialmente.

Para Germani, (2010, p.3) há duas formas consideráveis para buscar entender as formas de produção mercadológica de alimentos na agricultura: primeiro pela “questão agrária” responsável pela produção, relações de mercado e competitividade; e, segundo a “questão agrária” a qual se baseia na composição produtiva em especial

o campo porque a produtividade intrinsecamente compõe-se de costumes culturais e descobertas de outros gêneros interessantes para o território e com isso, busca descobrir formas de organizar o espaço das associações políticas identitárias. No que concerne a isso, José Graziano da Silva (1981, p.4) refere-se a “questão agrária” a partir do processo industrial do campo brasileiro quando preocupou-se na segunda metade dos anos sessenta e início dos setenta com o futuro econômico e quais medidas a seguir no intuito de resolver o agravamento da crise financeira e a insuficiência da produção e compra e venda no exterior. A solução em tal caso, foi intensificar a produção agrícola e gerar novas formas de trabalho e competência mercantil.

Em poucas palavras, a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças da produção em si mesma. O que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária esta ligada as transformações nas relações sociais e trabalhistas produção: como se produz, de que forma se produz. (SILVA, 1981,p.5)

Para Figueiredo (2018, p. 231) “O agricultor familiar como expressão ser social do campo, confrontando o Estado, estabelece uma dialética e esses atores desvelam espaço social, e se organizam por ideologias construídas.” Consequentemente, o processo de concretização da reforma agrária brasileira não basta pensar no processo de redistribuição de terra e as lutas do povo por esse acontecimento, mas sim requer uma formação inclusiva que fundamente o porquê da necessidade dessa reforma.

Segundo Antônio (2019, p.71) a situação dos trabalhadores rurais, boias-frias e comunidades remanescentes correspondem a mesma categoria colonial onde os negros existiam para servir a casa grande. No estado da Bahia especificamente no Recôncavo esse problema se dá de duas formas: primeiro porquê muitos moradores da cidade migram para outros Estados brasileiros para trabalhar durante seis meses no plantio e colheita de tomate, café, pimenta rosa e cana-de-açúcar e segundo porque a maior parte dessas cidades são escassa da mão de obra para tais atividades. Com a sedimentação das propriedades usineiras para pastagens deteriorou a oferta de empregos e as populações a incluir os jovens e mulheres dificilmente encontram emprego.

Por essa razão, Antônio (2019) entende o território é um espaço amplo que remete a diversos olhares e no contexto das relações humanas sempre há rivalidades entre os remanescentes e agropecuários que a partir das políticas de desenvolvimento

capitalista do campo se consideram os donos das localidades. Por essas palavras, a concepção de território muda de acordo a possibilidade e interesse das pessoas em estabelecer uma conexão entre o ambiente com seus interesses de exploração.

Por meio de uma pesquisa com movimentos sociais no Recôncavo, entrevistou-se pessoas de Santo Amaro, São Francisco do Conde e percebe-se que os movimentos dificilmente consegue interferir nas operações empresariais se não for pela união dos diversos grupos que se associam para fortalecer as comunidades e quando uma dessas se manifesta, as demais organizadamente apoiam na procura de instituições que defendam os direitos humanos. Segundo as palavras de Joselita Borges, moradora e militante do quilombo Dom João, após a Fundação Palmares reconhecer oficialmente no Diário Oficial a categoria de território quilombola, sua pessoa foi processada pelo ex-prefeito da cidade, com a justificativa que os moradores eram agressivos e poluíam os manguezais e a maré.

Nesta ocasião, o Movimento Pastoral da Pesca (MPP) encaminhou a ocorrência para o Ministério Público da Bahia, Instituto do meio ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), Fundação Palmares, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretaria de Patrimônio da UNIÃO (SPU) do Governo Federal em Brasília e mesmo assim, as ameaças e notificações caluniais chegavam. Conforme as informações, havia uma parceria direta entre a prefeitura, policiais e o prefeito de São Francisco do Conde para desestabilizar a resistência do MPP. O Conselho de Pastoral de Pescadores e Pescadoras assumiu responsabilmente a liderança e compreendeu-se que não se tratava simplesmente da questão manguezal e proibição dos pescadores pescarem mas uma depredação a integridade física e mental da pessoa negra e quilombola.

*O prefeito da cidade “Evandro” aqui em São Francisco do Conde pediu ao juiz que suspendesse a nossa certidão quilombola, só que o juiz Evandro Reimão da décima vara federal da Susuarana em Salvador, não suspendeu porque eu tive uma audiência com ele e pedi não só por mim mas por outros alunos universitários da comunidade Dom João. E disse – Eu estou com 65 anos e realizo meu sonho fazendo faculdade, concluí o bacharelado e estou na segunda etapa com a terminalidade em Ciências Sociais. (...) Eu não cheguei a responder processo porque ele justificava que falsifiquei a certidão quilombola, então em 2018 a presidente da Fundação Palmares de Brasília, dona Dora ficou sabendo desse processo da comunidade, veio nos visitar, houve uma audiência e ela mesma se responsabilizou por mim na Fundação Palmares porquê existe um processo na instituição que vai para o Diário Oficial, então ninguém tem como adulterar o documento. (Dona Joca, entrevista cedida no dia 20/01/2022).*



Com essa narrativa, percebemos o quanto os movimentos sociais contribuí com a integridade social de pessoas que estão à margem no ambiente societário ao mostrar realmente que é possível reorganizar o país e torná-lo dignamente terra de todos os brasileiros.

O olhar de Gohn (2011) a respeito das novas formas de manifestações mostram que uma das diferenças da sociedade atual é a inclusão das novas tecnologias no agir comum dos indivíduos e essa transformação é extremamente importante para as pessoas denunciar fatos correntes nas comunidades rurais que giram sobre o capitalismo agrário e o pequeno produtor. No Recôncavo Baiano, essa assimetria processa diferenças entre os locais pelo fato de alguns lugares serem pesqueiros e outros apenas agricultura no entato, a desconformidade com a tentativa de desapropriação e lixamentos é igual. Conforme entrevista com José Américo Borges, na entrevista, também domiciliado no Quilombo Dom João, a sua maior preocupação é futuramente não mais poder pescar no manguezal porque sofreu tentativa de homicídio quando estava a pescar mas a injustiça de maneira permaneceu com o apago da ocorrência. Na ocasião a localidade estava sobre processo judicial como afirmara anteriormente Dona Joca a cerca do conflito com o fazendeiro e a intimidação por autoridades territorialmente locais.

*Boa-tarde, eu sou José Américo Borges, sou pescador artesanal, sou quilombola, vivo no Piorto de Dom João e a minha luta é sempre lutar e viver. Eu sofri um atentado, fui pegar gaiamum lá na fazenda e chegando lá dispararam dois tiros com revólver de calibre 38 contra mim e eu fiquei numa situação difícil, nunca tinha acontecido aquilo comigo né! Eu chegando em casa Jilmar da CPP, Colcelho Pastoral de Pescadores, e falei:- Passei por essa situação e gostaria que você me ajudasse. Ele disse! Foi o que? Eu disse: - Lá na fazenda engenho d, água os caras me deram dois tiros, né, e graças a Deus a bala não me pegou. Ai fomos na delegacia, prestamos queixa e até hoje nada se resolveu nessa delegacia de São Francisco do Conde. É porque é assim né? O pobre é feito, ele não é nada e fica com medo de registrar queixa mas eu no momento não fiquei com medo, fui em rima dele registrei e nada foi resolvido. O fazendeiro hoje, ele cerca o mangue pra nós não entrar. O pescador tem direito de pescar no mangue né, e ele coma cerca dento do mangue e não pode pescar, tem cachorro valente que anda dentro do mangue também e é uma situação difícil. Eu sou pescador e não tenho direito de pescar dentro do mangue? Tenho sim ne? Tenho direito! Então isso ai não foi pra me amendrontar mas eu não estou com medo não, eu vou em frente porque em frente se consegue as coisas. (...) Eu trabalho com gaiamum, aqui no quilombo tem limão, tem acerola, graviola, manga, cajú, coco, tamarindo. Quando fomos ao Ministério público prestar queixa sobre a tentantixa de expulsar o povo, Jilmar da CPP foi conosco, falamos sobre a ele o que aconteceu e ele disse.- Não, Vamos tomar providência, ai ele foi lá comigo, Joselita e Moises e a situação foi rolando, sempre indo lá, pensar que não recebemos a certidão quilombola, isso que foi mais importante ainda, ai fortaleceu o quilombo. Disso pra cá, eles vieram aqui e*

*ficaram somente olhando, não derrubou as casas. As casas hoje tá nun quilombo bem organizado só não tem mesmo é o asfalto porque mesmo o símbolo do quilombo é pisar no chão pra vê mesmo a poeira subir. Mas quem sabe daqui pra frente não possa melhorar? José Américo Borges (2022), entrevista 20/01/2022.*

Percebe-se na bravura e resistência da população negra na ilustração e a consciência identitária em diferentes aspectos da questão negra. Ao longo da conversação, José testemunha que a maior dificuldade da comunidade é financeira para terminar a construção da associação de moradores e para esclarecer as pessoas da importância participativa nos encontros comunitários. Iniciou-se a obra mas por falta de recursos que sustentem os custos da construção obrigatoriamente parou. A CPP e a UFBA acompanham a certificação, fotos e documentários que mostra a comunidade para o mundo e ajuda com cestas básicas. Senhor José é membro da colônia de pescadores do município há 10 anos, paga mensalidade e possui a carteira documental e é o responsável pela análise ambiental e social com outros membros de quilombos da redondeza do litoral juntamente com o Quilombo Monte Recôncavo, Quilombo do Monte e de demais espaços pesqueiros. A UFBA apresentou recentemente à comunidade um projeto para plantar banana e outros cursos que a MPP incluiu na comunidade e está a transformar a situação financeira de muitas famílias com o reaproveitamento das cascas de mariscos e crustáceos no trabalho artesanal de mulheres.

O site do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (2017), em Santo Antônio de Jesus, indica que uma das ferramentas do movimento é aproveitar a sagacidade dos jovens estudantes para o fortalecimento da militância, com cursos preparatórios para os moradores fazem parte do coletivo, de certa forma com algum conhecimento prévio sobre o objetivo dos camponeses e camponesas a começar pelos direitos trabalhistas e previdenciários da população do campo na reforma sobre a PEC que aconteceu no mesmo ano durante o governo do presidente da República Michel Temer.

Nota-se que os conflitos agrários também questões sobre o meio ambiente. Neste sentido, o Mapa de Conflitos (2019) construído pela Fiocruz apresenta a região de Maragogipe e a violência que envolve questões raciais, empresariais e resistência ante demarcação de comunidades tradicionais. Em conformidade com as informações do mapa, outros territórios reconhecidos pela Fundação Palmares polemizam a inconveniência do interesse dos políticos e da Petrobrás a partir da descoberta do Pré

Sal na região e, o polo industrial que se pretende construir em Maragogipe e desapropriará pessoas que há décadas construíram suas residências com muito esforço. Antes da descoberta do petróleo aprovou-se uma reserva ambiental “e reparação de benefícios da biodiversidade” (MAPA, 2019) e, a partir dessa medida, outras conquistas favoreceram os interesses das comunidades ao serem devidamente reconhecidas na instituição Palmares, bem como, comunidades pesqueiras e lavradoras pensaram se livrar das ameaças dos fazendeiros, quando na verdade atiçou a ira deles contra o quilombamento e recorreram à Justiça Estadual e Federal” para interpor o processo de demarcação “com quatro ações de integração de posse contra líderes comunitários de 2006-2007.” (MAPA,2019). O Mapa de Conflitos (2019) também mostra que o município de Cachoeira também será atingido pelos impactos ambientais da empresa petroquímica por se localizar sobre no contorno do Rio Paraguaçu, onde muitos moradores sobrevivem da pesca artesanal, pastoreio e agrícola assim como os maragojipenses.

Figueiredo (2018) ao citar Milton Santos, fala que “os espaços de produção” assim como os acontecimentos materiais e imateriais fazem parte do dinamismo do território que faz ser [...] “o espaço geográfico, o território usado e o lugar do campo, suas especificidades e contradições”. Dessa forma, não se é possível analisar os espaços de vivências puramente pelos conflitos mas compreender a partir das lacunas históricas, presentes e futuras já que o lugar é símbolo das especificidades das pessoas. É um olhar autêntico que na medida do possível comunica com o ser humano na sua totalidade sociocultural.

Não diferente, Antônio (2019, p. 49) coloca que o território abrange diversas utilidades em áreas específicas no que se refere ao poder, cultura segundo as vivências humanas e mercadológico segundo os interesses do capital em menção as estruturas organizativas das classes sociais e suas diferenças no coletivo. A relação entre o território com a sociedade compreende-se pelas relações humanas e suas interações com o espaço existente e remodelado pela ação humana.

Nesse interim, o colóquio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Amaro, Bahia, é que há grandes dificuldades para manter a instituição na ativa por causa do desmonte sindical do governo bolsonarista que retirou o direito do trabalhador e a reforma da PEC o que prejudicou bastante porque muitas pessoas entendem que não vão mais precisar dos sindicatos para resolver as questões.

*Antes o sindicato dos assalariados funcionava aqui, a gente tinha a usina como base, penha papeis, e hoje não temos mais isso porque fundaram outro sindicato dos assalariados e ainda não reformamos para colocar apenas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, principalmente do agricultor e agricultora familiar. (Euci, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Amaro, entrevista dia 26/01/2022).*

De acordo o parecer das informações colhidas, o Partido dos Trabalhadores PT e o Partido Comunista do Brasil, PC do B apoia o movimento sindical uma vez que muitas pessoas não querem mais pagar a mensalidade de R\$ 15,00 e para resolver as pendências. O sindicato tem um advogado que atua em Santo Amaro e Salvador e os movimentos quilombolas. Ao ser questionada sobre a familiaridade da corporação com outros movimentos sociais, disse que o sindicato é independente dos outros grupos uma vez que os quilombos e o MST se enquadram por outras formas de contestar seus direitos e não pagam sindicato para o pleito e, a responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores Rurais é manter o equilíbrio entre a terra e a agricultura a partir dos interesses do capital e a necessidade do agricultor. E um dos fatos foi quando a empresa de papel presente em Santo Amaro queria desabrigar os moradores da comunidade Brejo e arrancar suas plantações para plantar bambu e judicialmente o sindicato ganhou a causa e preservou a identidade territorial e retomou as partes já em devastação. Em razão do desequilíbrio ambiental as comunidades quilombolas conseguiram impedir a plantação de eucalipto envolta das moradias porém, as não certificadas estão ansiosamente preocupadas.

*Eu estive na casa da minha mãe, e tinha um convite da minha mãe e tinha um convite da empresa de eucalipto BRACEA que diz que vamos ser vizinhos, prefiro gado, embora a cerca não seja apropriada e e ele entre na nossa roça é melhor que eucalipto, antes a zona rural era tranquila e atualmente a violência se enquadra da mesma forma da cidade.*

O desconforto das comunidades envolve a violência da empresa se instalar sem qualquer envolvimento do povo e por um grau de ansiedade muito forte pelo que pode acontecer se os moradores nas proximidades estarão dentro das fileiras de eucaliptos.

O lugarejo Lama Branca está a contruir uma casa de farinha “Bahia produtiva” com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Amaro e do movimento feminista, Marcha das Margaridas. Será uma empresa totalmente privada com selo e logotipo da marca para facilitar a comercialização produtiva em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores

e Agricultoras Familiares do Estado da Bahia (FETAG-BA), Marcha das Margaridas e outros movimentos que prestam auxílios com políticas públicas. Ressalta que entre o INCRA e o sindicato, “todas as lutas sociais estão interligadas mas o sindicato não depende do INCRA, porque a gente não sobrevive disso, nós somos parceiros e representamos os agricultores rurais” (Euci, entrevista, dia 26/01/22).

Referente à história da fundação do sindicato dos trabalhadores rurais da cidade, José Almeida, ex-presidente da organização, data-se a partir de 1986 quando formou-se uma companhia com alguns homens e entre eles estavam Blicó Jotaíba, Arigó que também foi presidente, Clarino e outros. Doravante o envolver deles com a causa sindical, um fazendeiro na Morutuba tinha derrubado a casa da irmã de José Almeida, elimina o seu plantio de mandioca, são expulsos do território e, a partir desse acontecimento, foi convidado por Clarino para fazer parte do grupo. De 1986-1987 Arigó elabora a documentação da diretoria e seu José Almeida ocupa o cargo de primeiro diretor financeiro, tempos depois chega a presidência e permanece durante 12 anos. Atualmente, por conta das novas tecnologias e outras pessoas com capacidade para modernizar, a forma de trabalhar do sindicato contribui na recepção e nos demais serviços de apoio a questão da terra. Pelo parecer da entrevista de Almeida não basta a persistência do sindicato se não houver a confiança dos territórios porque a relação e permanência numa localidade de plantio e moradia também depende de um veículo que responda sobre as necessidades do trabalhador e é esse o papel que o movimento sindical. Para ele, mesmo que não tenha concluído o ensino fundamental, e estudado até a quinta série, possui conhecimento e entende sobre o que é relevante a resistência da população rural que não é branca mas negra e por isso, presencia conflitos e abusos dos empresários e fazendeiros. Ao ser questionado no tocante a relação do sindicato com outros grupos de movimentos par resolver posse de propriedade, pondera sobre o contexto do quilombo Pitinga, bairro de Santo Amaro, que o ajudou na parte burocrática para instalar o quilombo. “A Penha Papeis tinha 87 tarefas de terra, conquistamos, vendemos e conseguimos criar o quilombo e no bairro Jericó atualmente área urbana. O MST abandonou e os assentados recorreram ao sindicato que está à frete em questão. (Almeida, entrevista cedida em 01/02/2022). Equivalente com o entrevistado, a desarticulação dos movimentos sociais no Brasil faz lembrar o que aconteceu na localidade de Jambeiro, área sobre a exploração latifundiária da colonização e permanece em detrimento da massa opositora com ameaça de morte e posse de arma apontada para alguns moradores. .

*No Jambeiro falam que é devoluta mas terra devoluta é onde não tem posse, e, no Jambeiro a usina plantou cana nos tabuleiros todos e deixou as grotas pra o povo e depois essas grotas o que foi que aconteceu? As fontes não vai ter mais água por causa do eucalipto. O movimento sindical junto ao plebiscito do governo do estado, os morador organizou aquilo ali e depois vem o latifundio e expulsa com a ajuda da polícia que o fazendeiro levou para expulsar um morador. (...) A gente não foi á frente do caso porque era uma reserva e ele plantou capim debaixo, se tivesse banana podíamos ajudar, mas era capim. (Almeida, entrevista em 01/02/22)*

Sobre essa realidade ameaçadora contra o rapaz, independente da situação era mais importante defender os direitos do indivíduo e procurar órgãos competentes a respeito da tentativa de expropriar à força. Esse caso, nos faz recordar Silva (1981,p.5) sobre a forma que procuram resolver a crise agrícola e a crise agrária na circunstância de “[...] muitas vezes a maneira pela qual se resolve a questão agrícola pode servir para agravar a questão agrária”. Pois, não se pode negar que os dois casos giram para o mesmo efeito, intimidar os indivíduos, e são indicadores que de uma desproporcionalidade nas formas de produção que a qualquer custo atropela os que estiverem atrapalhando estender o plantio de capim que não é e não pose ser o pobre porque criar gado subtende-se que faça parte da cultura do rico e os pequenos produtores para sustentar a posse da terra terá de viver sobre um sistema de casta nos plantios de frutas e raízes. É importante salientar que independente das ações que giram no sistema capitalista agrário em volta da classificação agrícola e o meio pelo qual exerce as forças produtivas o sentido é o maior faturamento com a exploração trabalhista.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo da história do Brasil sempre houve questões que envolvem diversos conflitos sobre os direitos da população negra e, no contexto atual tecnológico, infelizmente, não podemos afirmar que houve tantas diferenças quando vemos pessoas a margem da sociedade porque é negra e deve-se adequar as manobras do capitalismo agrário nas suas diferentes características empresariais. Durante o estudo foi realizado uma pesquisa exploratória a respeito dos movimentos sociais e o conflito que engloba o campesinato ente São Francisco do Conde e Santo Amaro por meio de entrevista e, os participantes puseram as circunstâncias que levam a desapropriação e posse dos territórios terra-abrigo. Com isso, questionou-se sobre as

dificuldades dos movimentos sociais para resolver as inquietações que causa insegurança no campo e no quilombo Dom João, e dois representantes do sindicato dos trabalhadores rurais de Santo Amaro, atribuíram o conflito do campo ao capitalismo e a infiltração de policiais e jagunços para defender a ambição dos fazendeiros sobre as comunidades tradicionais. Sobre a história da instituição ou movimento que faz parte, apenas um respondeu, os demais disseram não conhecer ou nunca pensaram em conhecer a memória. E entre as conquistas a partir do movimentos, dois entrevistados relataram que conseguiram o reconhecimento quilombola e os do sindicato, a compra de um imóvel para o órgão, empoçamento de agricultores ao ganhar causa na Justiça Federal e um trator para o auxílio dos mesmos. A forma que os movimentos se reúnem para construir ideias e como ocorre as mobilidades e se as novas tecnologias ajudam para denunciar o abuso agroindustrial. Interrogou-se também no processo judicial e defesa dos produtores. A articulação sindical e de outras instituições parceiras que, de maneira geral, colabora nos movimentos sociais e sindical. O Recôncavo Baiano é por sinal uma região territorial que nos mostra os efeitos do latifúndio colonial mentalmente enraizado nos dirigentes do poder econômico e por causa disso, abarca os pequenos produtores e comunidades pesqueiras de manter seus costumes artesanais de produção sustentável. Sabe-se que a razão para essa desproporção social entre veredas da desigualdade de classe significa que as instituições responsáveis pelo bem comum, não estão a cumprir seus papéis ante corrupção dos bens públicos quando tem-se parte das terras e localidades marítimas estaduais sobre as manobras dos fazendeiros e empresários.

Ora, se o conflito da terra envolve outros problemas sociocultural na sua diversidade para resolvê-los basta desenvolver projetos escutando o anseio dos movimentos sociais que, de certa maneira, possuem capacidade para contribuir na solução do problema. Se a terra é a força que move os interesses do capital e a causa da miséria por sua concentração não é a política assistencial que vai resolver a demanda mas a implantação da reforma agrária. Com isso, reduziria a violência no campo e na cidade e não consumiríamos alimentos a base de pesticidas e agrotóxicos.

Nos resta perguntar qual é a maior violência no Brasil, satisfazer o ego da elite ou atender as necessidades da população em maioria negra e indígena pobre? Vê-se os movimentos sociais e comunidades quilombolas sendo criminalmente

desprotegidas pelo Estado e os ruralistas se aproveitando disso para desapropriar as populações do campo. Essa pesquisa, objetivamente buscou apontar as irrelevâncias agroindustriais no Recôncavo e o contexto dos movimentos sociais que as envolvem dinamicamente no estado da Bahia em regiões pesqueiras e agrícolas. Dessa forma, espera-se que sirva para pensarmos sobre a desigualdade social brasileira, fonte principal de outras patologias a incluir o racismo, discriminação e a injustiça do poder público com a morte de vários brasileiros que morreram defendendo seus ideais como cidadãos por causa da grilagem. Por razão da violência e disputa por terra, é indispensável um processo de reparação pelo Estado para devolver aqueles que foram expulsos das suas posses para o agropecuarista e devolver seus pertences é uma forma de dignificar as condições de subsistência no campo.

### Referências

AATR. **Reforma agrária e direitos territoriais**. Salvador, Trama, 2020. Disponível em <https://www.aatr.org.br/reforma>. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.

ABERS, Rebeca e BULOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, 13 no 28, set/dez. 2011, p52-84 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/vyJvNFtHTjZvHmJfVsN6tTQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 01 de abril de 2020.

ALVES, Taíse dos Santos. GERMANI, Guiomar. **A gestão da atividade pesqueira no Brasil: um breve relato das histórias, conflitos e lutas dos pescadores (as) artesanais**. VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Goiana (GO), 2015. Disponível em <https://geografar.ufba.br/alves-taise-dos-santos-germani-guiomar-gestao-da-atividade-pesqueira-no-brasil-um-breve-relato-das> Acesso em 20 de agosto de 2021.

ANTÔNIO, Lucas. **Territórios Extrativo – mineral na bahia. Violações de direitos nos territórios da terra-abrigo**. (Tese Doutorado em geografia) Instituto de geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 320. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31703>: Acesso em 06 de agosto de 2021.

BARBOSA, Muryatan. **Pan-africanismo e teoria social: uma herança crítica**. São Paulo

CALDART, Roseli. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos avançados**. 2001. Disponível em [www.scielo.br/scielo.php](http://www.scielo.br/scielo.php)? Acesso em 20 de março de 2021.

FERNANDES, Bernardo. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento**



**territorial. UNESP.** 2004. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br> Acesso em: 02 de junho de 2021.

FERNANDES, Bernardo. **Políticas de assentamentos rurais e lula pela terra do MST.** UNESP, São Paulo. [s.d.] Disponível em :

<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/bernardoengamesaredonda>: Acesso em 26 de janeiro de 2022.

FERNANDES, Bernardo. **Reforma agrária no governo Lula: A esperança.**

UNESP, São Paulo. 2003. Disponível em:

[http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA\\_RA](http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA): Acesso em : 26 de janeiro de 2022

FIGUEIREDO, Maria. **Resistência do campo territorialidade e a conflitualidade no Recôncavo da Bahia.** SEMOC, 21° ed. Salvador, 22 a 26 de outubro de 2018.

Disponível em <https://cadernosdoceas.ucsal.br/> Acesso em 22 de agosto de 2021.

FUTURA. Exploração da mão de obra, entrevista- **Futuro do Brasil.** YouTube 14 de agosto de 2020. Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=\\_p7W7iM\\_h9E&t=578s](https://www.youtube.com/watch?v=_p7W7iM_h9E&t=578s). Acesso em 23 de novembro de 2021.

GERMANI, Guiomar I. Questão agrária e movimentos sócias: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S; SANTOS; E.M.C. e SILVA, O. A (Org). (GEO) **Geografias dos movimentos sociais.** Feira de Santana (Ba) UEFS.

Editora, 2010,v.,p.269-304. Disponível em <https://geografar.ufba.br/germani-guiomar-iquestao-agraria-e-movimentos-sociais-territorializacao-da-luta-pela-terra-na-bahia> Acesso em 16 de agosto de 2021.

JAEGERMAN. Zuzanna. **Identidade e territorialidade sem-terra no mundo moderno/ colônia do Recôncavo da Bahia: Assentamento de reforma agrária Eldorado (município de Santo Amaro/ Ba).** Tese de mestrado em ciências Sociais.). Colegiado do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Cachoeira. p.176. Acesso em

<https://www.ufrb.edu.br/pgcienciassociais/images/Disserta%C3%A7%C3%B5es/2016/ZUZZANNA>: Acesso em 15 de abril de 2021.

JASPER. Yanes. **Protesto uma introdução aos movimentos sociais.** Rio de Janeiro. Zahar 2016.

FIOCRUZ. **MAPA, de Conflitos.** Quilombolas de Maragogipe sofrem diversas violências devido à falta de reconhecimento legal de seu território. Publicado em 02/12/2019. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ba-quilombolas-de-maragogipe-sofrem-diversas-violencias-devido-a-falta-de-reconhecimento-legal-de-seu-territorio>: Acesso em: 30 de janeiro de 2022.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** 9a edição, São Paulo: Contexto, 2010. Disponível em [www.edisciplinas.usp.br/pluginfile.php](http://www.edisciplinas.usp.br/pluginfile.php) Acesso em 22 de março de 2021.

MOREIRA, Paula. GERMANI Guiomar. **A moradia no contexto do conflito por terra: comunidade negra rural quilombola porto Dom João**. Salvador, UFBA. Disponível em <https://geografar.ufba.br/> Acesso em 20 de agosto de 2021.

MPA. **O multirão da esperança camponesa avança no Recôncavo baiano**. Publicado em: 19 de julho de 2017. Disponível em <https://mpabrasil.org.br/noticias/o-multirao-da-esperanca-camponesa-avanca-no-reconcavo-bahiano/>. Acesso em: 29 de janeiro de 2022.

PENHA, Camila e ROSA, Marcelo. Estado, movimentos e reforma agrária no Brasil: reflexões a partir do INCRA. **Lua Nova**, São Paulo, 95:57-85, 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ln/n95/0102-6445-ln-95-00057.pdf> Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

RBA, Redação. **Líder do MST rebate Bolsonaro, que tenta novamente criminalizar movimento**. 2020. Disponível em [www.redebrasilatual.com.br/politica](http://www.redebrasilatual.com.br/politica) Acesso em 28 de fevereiro de 2021

RIBEIRO. Ana, et al. **A participação dos movimentos sociais no planejamento estatal baiano: mito ou realidade?** UFU, Uberlândia – MG. 2012. Disponível em [http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1465\\_1](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1465_1): Acesso em 17/01/2022.

RIOS, Kassia. Conflitos e Resistência. Comunidades Tradicionais Pesqueiras da Bahai. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n 227, p. 347-364. 2016. disponível em: [https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/rios\\_kassia\\_conflitos\\_e\\_resistencia\\_comunidades\\_tradicionais\\_pesqueiras\\_da\\_bahia](https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/rios_kassia_conflitos_e_resistencia_comunidades_tradicionais_pesqueiras_da_bahia): Acesso em: 20 de setembro de 2021.

ROCHA, Jiuliani. VASCONCELOS, Priscila. Racismo ambiental. **Revista jurídica direito, sociedade e justiça/ RJDST**, v.6,n.1, mar-jun/2018, Suplemento Especial, Resumos expandidos, 3a mostra científica. 2017-UEMS, doutorados/ MS. Disponível em <https://periodicosonline.uems.br/>: Acesso em 27 de janeiro de 2021.

SESTAR et al. **Impactos ambientais da carnicultura marinha sobre a pesca artesanal no município de Salinas das Margaridas-Ba**. [s.n.] UCSAL, Salvador. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix>. Acesso em: 31 de janeiro de 2022.

SILVA, José Graziano. **O que é a questão agrária**. 4. Ed. UNICAMP. Brasiliense. 1981. Disponível em <https://www.bibliotecaagpatea.org.br/administracao/legislacao/artigos/O%20QUE%20E%20QUESTAO%20AGRARIA>: Acesso em 22 de março de 2021.

SILVA, Marcelo e PEREIRA, Mateus. Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. **Revista brasileira de Sociologia**. vol. 08 n-20, p26-49, setembro-dezembro, 2020. Disponível em [https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/rbs.647/pdf\\_647](https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/rbs.647/pdf_647): Acesso em 25 de março de 2021.